

**DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA HOMICIDA EM BELÉM – PARÁ: UM ESTUDO
SOBRE O BAIRRO DO JURUNAS DE 2017 A 2022**

**DYNAMICS OF HOMICIDAL VIOLENCE IN BELÉM – PARÁ: A STUDY ON
THE JURUNAS NEIGHBORHOOD FROM 2017 TO 2022**

**DINÁMICA DE LA VIOLENCIA HOMICIDA EN BELÉM – PARÁ: UN ESTUDIO
SOBRE EL BARRIO DE JURUNAS DEL 2017 AL 2022**

DAIANE SANTANA BELFORT

Universidade do Estado do Pará / Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará, Brasil
daibelfort@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6361-5211>

ROBERTO MAGNO REIS NETTO

Universidade do Estado do Pará / Universidade Federal do Pará / Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Brasil
bob_reis_ufpa@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-5076-6149>

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Universidade do Estado do Pará, Brasil
claychagas@uepa.br
<https://orcid.org/0000-0002-4223-0192>

CARLOS JORGE NOGUEIRA DE CASTRO

Universidade do Estado do Pará, Brasil
carlosjorge319@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0153-1551>

RESUMO

Este estudo objetivou analisar as possíveis relações entre a desigualdade socioespacial e as dinâmicas de violência urbana no Bairro do Jurunas, a partir das ocorrências de crimes de homicídio, entre os anos de 2017 e 2021. Sob uma natureza exploratória e uma abordagem predominantemente qualitativa, a pesquisa se pautou na aplicação inicial da técnica de levantamento bibliográfico, bem como de levantamento e análise de dados documentais inerentes a ocorrências de homicídios no bairro, no período temporal destacado. Seguiu-se ao geoprocessamento dos registros de homicídios, seguida por uma pesquisa de campo por meio de visitas realizadas no bairro ao longo do ano de 2023. Como resultados observou-se que a atuação insuficiente do Estado foi uma das principais variáveis influentes quanto à gênese do contexto de violência observado entre os anos de 2010 e 2018, permitindo uma territorialização perversa, contexto que mudou com a retomada do território, a partir do ano de 2019.

Palavras-chave: Violência Urbana; Homicídio; Segurança Pública.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the possible relationships between socio-spatial inequality and the dynamics of urban violence in the Jurunas neighborhood, based on the occurrences of homicide

crimes, between the years 2017 and 2021. Under an exploratory nature and a predominantly qualitative approach, the The research was based on the initial application of the bibliographic survey technique, as well as the survey and analysis of documentary data inherent to homicides in the neighborhood, in the highlighted period of time. This was followed by geoprocessing of homicide records, followed by field research through visits carried out in the neighborhood throughout the year 2023. As a result, it was observed that insufficient State action was one of the main influential variables regarding the genesis of the context of violence observed between 2010 and 2018, allowing a perverse territorialization, a context that changed with the retaking of the territory, starting in 2019.

Keywords: Urban Violence; Murder; Public Security.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar las posibles relaciones entre la desigualdad socioespacial y las dinámicas de violencia urbana en el barrio Jurunas, a partir de la ocurrencia de delitos de homicidio, entre los años 2017 y 2021. Bajo un carácter exploratorio y un enfoque predominantemente cualitativo, el investigación se basó en la aplicación inicial de la técnica de levantamiento bibliográfico, así como el levantamiento y análisis de datos documentales inherentes a los homicidios ocurridos en el barrio, en el período de tiempo resaltado. A esto le siguió el geoprosesamiento de registros de homicidios, seguido de una investigación de campo a través de visitas realizadas en el barrio a lo largo del año 2023. Como resultado, se observó que la insuficiente acción del Estado fue una de las principales variables influyentes en la génesis del contexto de homicidio. violencia observada entre 2010 y 2018, permitiendo una territorialización perversa, contexto que cambió con la retoma del territorio, a partir de 2019.

Palabras bclave: Violencia Urbana; Asesinato; Seguridad Pública.

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, é possível constatar que o estudo da criminalidade sob a perspectiva das técnicas geográficas tornou-se cada vez mais relevante para a compreensão dos fenômenos do mundo material. Tal relevância não decorre apenas das viabilidades tecnológicas que proporcionam uma análise mais dinâmica dos problemas, mas, sobretudo, dos conceitos geográficos que oferecem novas perspectivas sobre a existência e a recorrência da criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiros.

Nesse contexto, observa-se que a criminalidade pode se manifestar de diversas formas — roubos, furtos, sequestros, tráfico de drogas e homicídios (Couto, 2019) —, resultantes de múltiplos fatores que culminam em expressões materiais da violência (Chagas, 2018), como a exclusão social e a favelização. Aliás, devido a esses últimos fatores, a violência tende a ser mais acentuada nas áreas periféricas das cidades, justamente por serem as mais negligenciadas pelo poder público. Essa negligência transforma tais áreas em territórios propícios para o estabelecimento e a presença constante de agentes da criminalidade.

Segundo Freire et al. (2018), na cidade de Belém – capital do estado do Pará – o processo acelerado de urbanização, sem o acompanhamento de um planejamento adequado, foi responsável por uma distribuição desigual do espaço urbano, que deu origem a diversos espaços de exclusão social. Nesse sentido, os autores afirmam que:

[...] a periferia da metrópole paraense (Belém) foi a que mais se expandiu no período de 1991 a 1996, em detrimento da sua área central, o que demonstra o aumento da pobreza nesta cidade, prevalecendo nas áreas em expansão os aglomerados subnormais, os baixos indicadores sociais, contribuindo para o aumento da criminalidade nessas áreas, em razão da dificuldade do acesso dos moradores da periferia aos serviços básicos de educação, lazer, cultura, saneamento, saúde, dentre tantos outros existentes nas áreas centrais da cidade, tal precariedade faz com que as oportunidades de ascensão social fiquem reduzidas, possibilitando o ingresso desses moradores no mundo do crime (Freire *et al.*, 2018, p. 149).

No mesmo sentido, Chagas (2014, p. 187) reafirma que há diversos equívocos na análise da violência e da criminalidade no espaço urbano, sobretudo ao avaliar “indicadores que quase sempre são exclusivamente socioeconômicos, tentando demonstrar que os crimes são inerentes às regiões mais pobres da cidade”. Dessa forma, confunde-se pobreza com violência.

A violência, entretanto, dissemina-se por todas as classes sociais. Nos espaços ocupados pelas classes econômicas mais abastadas, são implantadas diversas tecnologias e instâncias de controle que criam uma falsa sensação de segurança. Por outro lado, nos espaços mais pobres, a exposição à violência existente é significativamente maior (Chagas, 2014). Não por acaso, os crimes violentos letais são mais frequentes nas áreas periféricas, enquanto, nas áreas mais elitizadas, predominam crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos.

Os conhecimentos geográficos permitem uma análise mais aprofundada de um conjunto de variáveis maior e mais complexo, o que não apenas dissocia a ideia de que a pobreza causa violência, mas também possibilita compreender que a governança envolve questões multifacetadas e únicas em cada espaço analisado. Ainda assim, não se pode ignorar que a ausência do Estado, por meio de políticas públicas e da presença efetiva de órgãos atuantes, consolida a ocupação desses territórios por outros agentes, com destaque para aqueles envolvidos em atividades criminosas.

Nesse contexto, o presente trabalho consistiu em um exercício científico-geográfico voltado para a análise da realidade do bairro do Jurunas, em Belém-PA. Identificado como

uma área periférica, o bairro apresenta, nos últimos anos, indicadores criminais alarmantes, o que o torna um locus oportuno para o estudo da territorialidade e das manifestações materiais da violência, conforme será demonstrado adiante. O bairro possui um histórico significativo de ocorrências criminais, especialmente homicídios, o que torna essencial compreender as variáveis associadas a essa forma de violência letal.

Assim, o estudo teve como objetivo analisar as possíveis relações entre a desigualdade socioespacial e as dinâmicas de violência urbana no bairro do Jurunas, com base nas ocorrências de homicídios registradas entre os anos de 2017 e 2021.

O trabalho justificou-se, primeiramente, pela relevância do conjunto de informações geradas sobre o bairro, as quais podem subsidiar a formulação de políticas públicas sociais e de segurança voltadas ao bairro e ao seu contexto atual. Além disso, representou um esforço no âmbito da chamada geografia da violência e do crime, cujos resultados podem contribuir para o avanço desse campo de estudo (Reis Netto, 2021) e, em um segundo momento, para o desenvolvimento de uma ciência aplicada ao campo interdisciplinar da segurança pública.

MÉTODOS E TÉCNICAS

O estudo apresentou uma natureza exploratória, voltada à produção de conhecimento novo a partir da consolidação de informações inéditas, e adotou uma abordagem predominantemente qualitativa, com foco no conteúdo dos fenômenos analisados. Na execução da pesquisa, inicialmente aplicou-se a técnica de levantamento bibliográfico, destinada à construção teórica em torno dos conceitos de desigualdade socioespacial, território e violência urbana. Em seguida, realizou-se o levantamento e a análise de dados documentais referentes aos registros de homicídios ocorridos no bairro entre os anos de 2017 e 2022, obtidos junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIAC/SEGUP).

Posteriormente, mediante a triangulação dos dados bibliográficos e documentais descritos, foi conduzido o geoprocessamento dos registros de homicídios. Esse processo possibilitou a análise das áreas com maior incidência dessa categoria e suas correlações com áreas específicas. Para tanto, foram seguidos os seguintes passos: a) organizou-se a tabulação inicial das coordenadas em uma tabela no *software* MS Excel, o que permitiu a localização pontual das mesmas; b) analisou-se a relação entre as ocorrências registradas e a presença de

favelas ou baixadas, anteriormente classificadas como aglomerados subnormais (IBGE, 2010).

A vetorização dos homicídios foi realizada com o auxílio do software Google Earth, com vetores posteriormente adaptados para uso no software Quantum GIS 3.32 'Lima'. A partir disso, foi consolidada a representação cartográfica dos homicídios no bairro do Jurunas, utilizando a técnica de Mapa de Calor/Mapa de Kernel.

Por fim, realizou-se uma pesquisa de campo por meio de visitas ao bairro ao longo do segundo semestre de 2023. Essas visitas concentraram-se nas áreas críticas identificadas nos dados previamente coletados e envolveram diálogos com os moradores locais, bem como registros pessoais anotados em agenda de campo. Os resultados obtidos a partir dessas metodologias encontram-se sintetizados nas seções subsequentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, TERRITÓRIO E ESTABELECIMENTO DA CRIMINALIDADE

A urbanização brasileira caracterizou-se por ser acelerada e desorganizada (Chagas, 2018). A ausência de um planejamento urbano adequado, somada à insuficiência de políticas econômicas e sociais, resultou no surgimento de diversos problemas nos grandes centros urbanos, como a periferização, o agravamento de distintas formas de violência urbana, o desemprego e o inchaço populacional.

Nesse contexto, Rodrigues (2007, p. 75) destaca que a desigualdade socioespacial:

[...] demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres.

De acordo com Harvey (2004), a cidade apresenta uma reprodução espacial composta por mosaicos fragilmente interligados de desenvolvimento heterogêneo. Esse padrão resulta em determinadas áreas com recursos suficientes para investir em infraestrutura física e social, enquanto outras permanecem carentes de investimentos. Assim, consolida-se a desigualdade socioespacial, em que as áreas mais ricas tendem a se enriquecer ainda mais, enquanto as áreas pobres permanecem em um ciclo de empobrecimento.

Em qualquer capital do país, é evidente a precariedade dos serviços públicos e a falta de investimentos em infraestrutura. Esse quadro impacta diretamente as condições de vida dos cidadãos, criando contextos marcados pela vulnerabilidade social.

Nas áreas ricas ou nobres [...] onde trabalha, reside e transita uma determinada camada de classe, as unidades habitacionais têm ampla fachada, garagens, grades e muros, ruas, avenidas, praças com iluminação pública, ajardinamento e arborização [...]. Fora do circuito da riqueza, é visível a outra face do urbano, em geral nas periferias [...] e nas áreas centrais “degradadas”. São nelas que trabalham, moram e circulam os trabalhadores, nelas se encontram favelas, [...] casas precárias, conjuntos habitacionais de casas/apartamentos com dimensões mínimas, [...] edifícios precários utilizados para escolas, creches, postos de saúde, hospitais. As ruas são estreitas, sujas, esburacadas, com pouca ou nenhuma iluminação pública por onde circulam ônibus, vans, caminhões [...]. Nessas áreas, os trabalhadores não desaparecem após a jornada de trabalho e sua presença torna visível a desigualdade socioespacial. Expressam problemas que no ideário do desenvolvimento serão solucionados com o planejamento e presença estatal na implementação de infra-estrutura e equipamentos e meios de consumo coletivo. (RODRIGUES, 2007, p. 75 e 76)

O Estado, conforme determina a Constituição, é o principal responsável pela oferta de políticas públicas de infraestrutura urbana, bem como de caráter social e econômico. Essa responsabilidade decorre do fato de o Estado ser, em tese, o agente mais apto a enfrentar os problemas que afligem a sociedade e a prestar assistência aos grupos mais vulneráveis. Quando o Estado não assegura uma atuação efetiva, as áreas mais empobrecidas dos espaços urbanos tendem a ser as mais afetadas. Isso ocorre porque, onde o controle estatal é frágil, aumenta-se a probabilidade de ocorrência de violência. Não é a pobreza em si que causa esse fenômeno, mas a ausência de instâncias de controle social do crime (Arendt, 2011).

Conforme Vieira et al. (2016), os espaços marcados por desigualdades podem estar relacionados à violência e à criminalidade, uma vez que a vulnerabilidade social facilita o estabelecimento de agentes criminosos em áreas precárias, gerando uma territorialidade do crime. Nesse sentido, Maccario e Melo (2022) destacam que a desigualdade socioespacial representa um conjunto amplo e complexo de diferenças sociais, não permitindo que a pobreza seja singularizada como a única manifestação associada à violência. A violência está atrelado a múltiplos fatores, como questões socioeconômicas, falhas institucionais, uso intensificado da força repressiva e seus efeitos colaterais sobre as comunidades, entre outros aspectos.

Esse conjunto de variáveis cria um cenário propício para o estabelecimento de grupos criminosos em espaços precários. Borges et al. (2016, p. 32) afirmam, nesse contexto,

que o crime se territorializa quando o espaço é “[...] ocupado pelo ser humano, em que se desenvolvem as atividades econômicas, políticas e, sobretudo, sociais, assim como o ambiente em que se dão as dinâmicas do poder”, incluindo as atividades criminosas.

O território se forma a partir do espaço [...]. O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (Raffestin, 1993, p. 143 e 144).

Raffestin (1993) afirma que não existe vazio de poder: quando o Estado se faz ausente, outros agentes se territorializam, buscando impor seus planos sintagmáticos sobre as diversas malhas territoriais presentes no mesmo espaço. Isso ocorre devido à existência de “uma multiplicidade territorial, que representa o papel desempenhado por inúmeros agentes sociais, em diversas escalas” (Borges et al., 2016, p. 32). Nesse sentido, conforme Haesbaert (2014), esses agentes procuram impor não apenas uma lógica de dominação, mas também de apropriação simbólica, gerando uma multiplicidade de manifestações materiais, em consonância com os diferentes poderes em conflito.

Sobre o tema, Souza (2001, p. 111) complementa que “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN”. Essa perspectiva reforça, no mesmo sentido de Haesbaert (2014), que a multiplicidade de agentes territoriais reflete múltiplas relações de poder em diferentes escalas.

Dessa forma, pode-se afirmar que a criminalidade concretiza sua territorialidade por meio das atividades ilegais, configurando o que Chagas (2018) define como o:

[...] reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdade social e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar a territorialidade da violência. [...] O processo de periferização produz novas territorialidades, entre elas a territorialidade da violência e/ou criminalidades. [...] não existe vazio de poder, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a se territorializar e passam a disputar o controle do território, como: lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo grupos criminosos. A interação desses processos origina o território da violência e/ou da criminalidade, constituído por grupos criminosos organizados ou não, que dominam áreas específicas de um bairro se estabelecendo para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, assaltos, receptação de objetos roubados, etc.). Neste contexto, as áreas de periferização são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, incipiente mecanismo de segurança pública e das instituições de controle público e

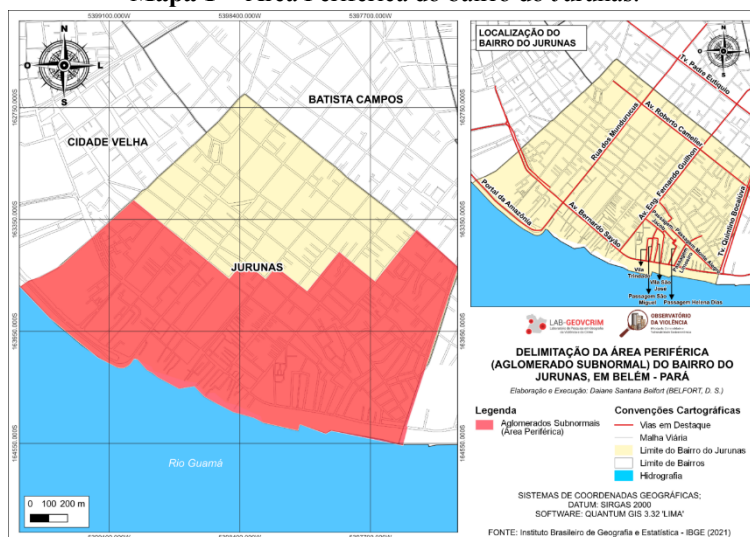
dos serviços públicos mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões, nessa perspectiva, o crime, especialmente os violentos [...]. (CHAGAS, 2018, p. 27)

Em Belém do Pará, especificamente no bairro do Jurunas, a desigualdade socioespacial apresenta uma forte correlação com a vulnerabilidade social e a precarização da infraestrutura urbana. Nesse contexto, observa-se que a territorialização da criminalidade no bairro parece ter se consolidado por meio de claras manifestações materiais da violência. Cabe à geografia analisar esse fenômeno por meio de suas ferramentas e perspectivas teóricas, buscando comprovar essa correlação e identificar possíveis soluções contributivas.

O BAIRRO DO JURUNAS - PERIFÉRICO E DESIGUAL: O ESPAÇO GEOGRÁFICO DE REFERÊNCIA DO ESTUDO

O Jurunas é um bairro situado em Belém, capital do estado do Pará, que, segundo Feitosa (2017), concentra a maior área periférica da cidade, abrigando aproximadamente 53.129 dos 64.478 habitantes do bairro. Com uma extensão territorial total de 2,5 km², cerca de 1,6 km² — o equivalente a aproximadamente 66% de sua área total — é classificada como favela.

Mapa 1 - Área Periférica do bairro do Jurunas.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2010).

O Jurunas, caracterizado por uma ocupação desordenada e sem planejamento urbano adequado, apresenta diversos problemas relacionados à infraestrutura urbana, os quais

impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores (Freire et al., 2018). A falta de saneamento básico, os alagamentos constantes em ruas e residências após chuvas, o acúmulo de lixo nas margens das vias e as águas paradas devido à ausência de sistemas de drenagem eficiente são exemplos de transtornos cotidianos enfrentados pelos habitantes dessas áreas. Esses problemas decorrem, em grande parte, da impossibilidade econômica de muitos moradores adquirirem habitações em locais melhores (Feitosa, 2017).

Cabe destacar que o Jurunas abriga uma extensa área de baixadas conhecida como Baixada da Estrada Nova do Jurunas. Com uma extensão territorial de 1,6 km², essa área corresponde a aproximadamente 66% do território total do bairro. É marcada por ocupações irregulares, infraestrutura básica insuficiente, serviços públicos precários e desigualdades socioeconômicas. Contudo, o bairro não é inteiramente periférico, uma vez que os 34% restantes compreendem áreas urbanizadas regulares, incluindo setores considerados nobres.

Segundo Feitosa (2017), a precariedade da periferia do Jurunas resulta de um processo de urbanização desordenada, caracterizado pela ocupação de terrenos inadequados para habitação, frequentemente sujeitos a alagamentos, por uma população majoritariamente de baixa renda. Em contraste, as classes com melhores condições financeiras ocuparam as áreas mais altas e valorizadas do bairro, reforçando a segregação socioespacial.

A atual dinâmica de ocupação dos espaços da cidade contribuiu para que o bairro do Jurunas se constituísse num cenário de intensa desigualdade socioespacial, numa dupla realidade, onde a riqueza convive com a pobreza. De um lado, predomina área carente de infraestrutura urbana, onde a população não tem acesso aos serviços públicos essenciais, como saneamento básico, escolas e hospitais, e do outro, área urbanizada, com características semelhantes ao bairro nobre de Batista Campos, com quem faz fronteira ao Norte, local onde reside a classe média e alta do bairro (Feitosa, 2017, p. 19)

Ainda segundo Feitosa (2017), esses fatores contribuem para a fragilidade social que torna o bairro do Jurunas um espaço propício para ocorrências violentas. Nesse sentido, Santana (2016) destaca que a precariedade da infraestrutura urbana é uma das causas que intensificam a violência nas periferias. Essas áreas, desamparadas pelo poder público, tornam-se ambientes favoráveis à proliferação de agentes do tráfico de drogas, grupos de extermínio e milicianos, os quais passam a exercer poderes territoriais baseados na violência.

Esse contraste socioeconômico observado no bairro do Jurunas, caracterizado pela heterogeneidade de suas áreas e por uma desigualdade social latente, favorece o surgimento de conflitos que desencadeiam violência, insegurança e medo, especialmente nas regiões

mais precárias. Esse cenário constitui um fator relevante para o aumento exacerbado da prática de crimes no bairro, com destaque para os homicídios, como será apresentado no tópico a seguir, dedicado aos resultados da pesquisa.

AS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO BAIRRO DO JURUNAS E AS VARIÁRIAS INFLUENTES PARA OCORRÊNCIAS DE CRIMES DE HOMICÍDIO NO PERÍODO DE 2017 A 2022

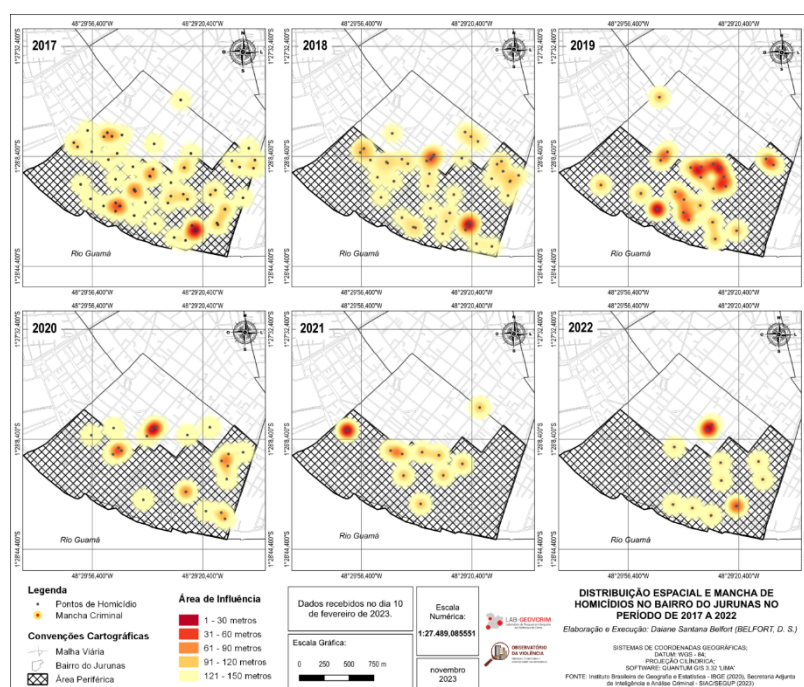
O homicídio é a manifestação mais extrema de violência contra o ser humano, definido pelo Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940) como o ato de **matar alguém**. De acordo com Araújo et al. (2021), o homicídio representa o grau máximo de violência, pois resulta na eliminação irreversível da vida humana. Neste estudo, embora o homicídio possa ser classificado em diferentes tipos penais, será considerado apenas em sua forma consumada, ou seja, quando a morte efetivamente ocorre.

Conforme discutido anteriormente, as dinâmicas territoriais e a produção do espaço são aspectos cruciais para compreender o estabelecimento da criminalidade. No caso do bairro do Jurunas, observa-se que a pobreza é um dos elementos diretamente relacionados à sólida presença da violência urbana que culmina em mortes.

A análise do mapa revela uma concentração significativa de homicídios nas áreas precárias do bairro, classificadas como baixadas (Figura 1). Esses espaços, inadequados para habitação, resultaram de ocupações espontâneas que não foram acompanhadas por um planejamento urbano apropriado. A ausência de saneamento básico, infraestrutura mínima, altas taxas de desemprego e baixa renda configuram fatores que contribuíram para a presença ampliada de agentes territoriais do crime. Esses agentes, em suas conflituosas relações de territorialidade, geraram a materialização de diversos crimes de homicídio.

Nesse contexto, alinhando-se ao que Beato (2012) defende, a criminalidade e a violência emergem como fenômenos intrinsecamente ligados à privação de oportunidades, à desigualdade social e à marginalização, elementos que estimulam comportamentos criminosos.

Mapa 2 - Distribuição espacial e mancha de homicídios no bairro do Jurunas de 2017 a 2022.



Fonte: Dados da SIAC/SEGUP (2023). Elaborado pela autora.

Na porção sul do bairro do Jurunas — entorno da Avenida Bernardo Sayão e suas transversais — observa-se uma recorrência significativa de homicídios. Essa área, situada em uma baixada caracterizada por sua evidente precariedade, é marcada pela insegurança que afeta tanto moradores quanto comerciantes, conforme constatado em incursões de campo. Nessa região, estão localizadas a área portuária e a feira do Jurunas, cujos arredores concentram diversos bares e casas de show com horários de funcionamento variados. Esses estabelecimentos frequentemente se tornam pontos de tráfico e consumo de drogas, como identificado por meio de pesquisa de campo.

O tráfico de drogas, aliás, é uma problemática recorrente no bairro. O Jurunas se apresenta como um ponto estratégico para a entrada de entorpecentes em Belém-PA, tanto pela área portuária quanto pela quantidade significativa de pontos de comercialização de drogas identificados no local. Os rios desempenham um papel crucial na dinâmica de transporte de drogas na Região Metropolitana de Belém (RMB) e no Pará, o que torna o Jurunas um nó relevante nessa rede de comércio ilegal (Reis Netto, 2023). Essa condição é amplamente evidenciada em relatos da mídia (Agência Pará, 2021) e em estudos acadêmicos (Couto, 2019).

A orla do bairro abriga diversos portos que conectam Belém às ilhas e às cidades ribeirinhas, inserindo o Jurunas em uma rede de circulação de pessoas e mercadorias.

Contudo, a falta de fiscalização e a ausência de estruturas de segurança tornam essa dinâmica propícia à entrada de produtos ilegais. Conforme Couto (2019), traficantes frequentemente camuflam drogas dentro de frutas, pescados e outras mercadorias, muitas vezes sem o conhecimento dos donos das embarcações.

Nesse contexto, Corrêa e Lobo (2019, p. 7) destacam que o tráfico de drogas se “territorializa em uma área carente de serviços públicos e infraestrutura urbana, socialmente excluída e com uma população suficientemente vulnerável para se sujeitar ao seu domínio”. Áreas periféricas do centro urbano, como ocorre no Jurunas, oferecem condições ideais para a instalação do tráfico de drogas, pois possuem tanto mercados consumidores quanto pontos estratégicos de distribuição. Gradualmente, essas áreas se tornam também locais de conflito, uma vez que disputas territoriais entre grupos rivais pelo controle e venda de drogas frequentemente resultam em homicídios.

Outro fator relevante para a ocorrência de homicídios está relacionado às dívidas de consumo de drogas. Usuários que adquirem entorpecentes sem efetuar o pagamento geram dívidas, e, caso não as quitem no período estipulado, podem ser alvos de acerto de contas ordenados pelos traficantes, muitas vezes culminando na morte do devedor. Além disso, conforme Chagas (2018), nos últimos anos, muitos dos homicídios ocorridos no bairro do Jurunas envolveram diretamente indivíduos com vínculos com a criminalidade, seja por envolvimento em práticas ilícitas no bairro, seja por terem saído recentemente da prisão.

Como contraponto às atividades dos grupos criminosos, surgem também os grupos de extermínio, que atuam frequentemente no bairro do Jurunas. Esses grupos possuem um *modus operandi* baseado em execuções realizadas com armas de fogo. Segundo o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuração de Grupos de Extermínio e Milícias no Pará (PARÁ, 2015), conhecido como CPI das Milícias, há a presença de milícias em Belém, compostas principalmente por agentes de segurança pública — ativos, reformados ou da reserva — que atuam na prática de venda de proteção e são frequentemente vistos como justiceiros.

Durante as pesquisas de campo, foi relatado um caso ocorrido em 2019, no qual integrantes de milícias foram apontados como responsáveis pela invasão de ruas do bairro, como a Passagem Amaral, Passagem Jacob e Rua São José, em busca de traficantes de drogas. No evento, uma pessoa envolvida com o tráfico foi morta em sua casa e seu corpo levado à via pública, onde foi exposto. Esse exemplo ilustra como a morte foi utilizada como

um símbolo de poder no espaço, representando uma tática de marcação territorial (Reis Netto et al., 2018).

Os milicianos teriam planejado suas ações com precisão, identificando alvos específicos, o que demonstra seu amplo acesso a informações sobre o espaço e a utilização dos homicídios como ferramenta incisiva de controle territorial. Conforme Raffestin (1993), o manejo da informação potencializa o uso da energia por esses agentes, conferindo maior assertividade às suas operações.

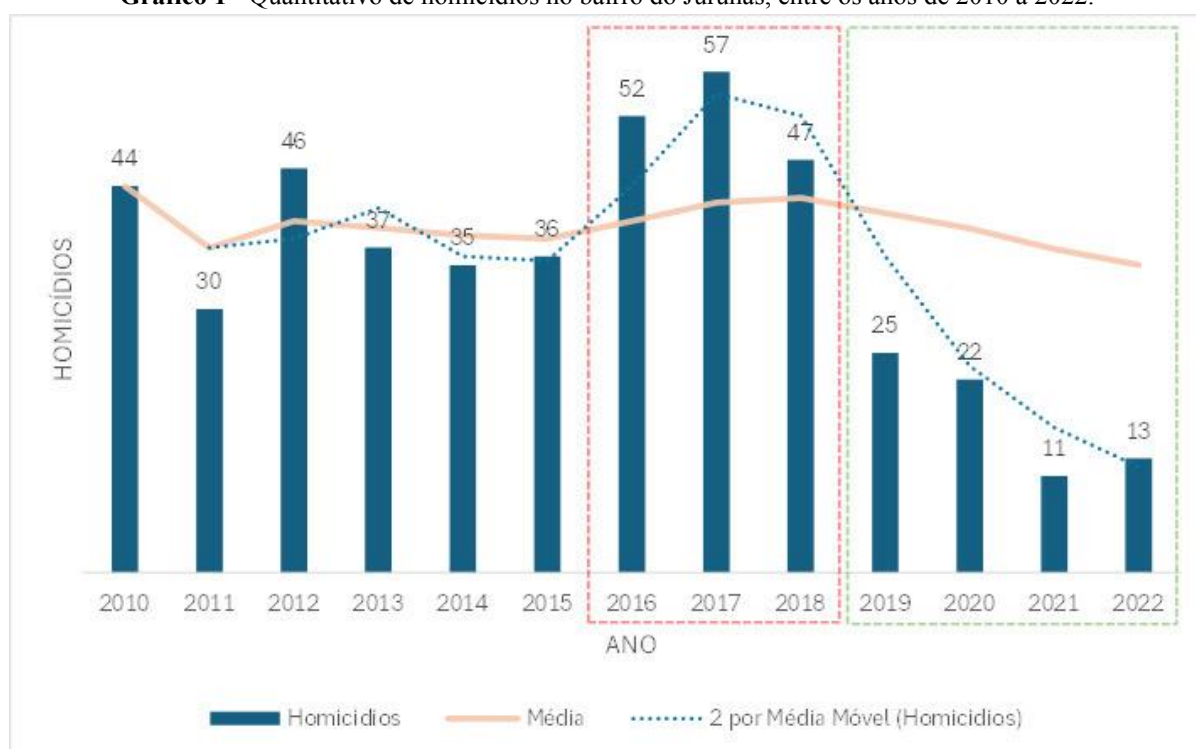
Esse fenômeno, segundo Couto (2018), pode ser explicado pelo fato de que milícias ou grupos de extermínio em Belém são frequentemente compostos por indivíduos ligados às forças de segurança pública, com acesso privilegiado a informações sobre a criminalidade. Esse acesso facilita a prática indevida de segurança privada para comerciantes e a extorsão de traficantes. Ainda segundo Couto (2018), é comum, nas periferias da capital paraense, que traficantes sejam mortos em situações relacionadas à extorsão e como retaliação à morte de policiais na cidade.

A pesquisa identificou as ruas com maior incidência de homicídios: Avenida Bernardo Sayão, Avenida Engenheiro Fernando Guilhon, Travessa/Passagem Monte Alegre, Passagem Jacob, Passagem Amaral, Passagem São Miguel, Passagem Helena Dias, Vila Moraes, Vila Trindade e Passagem Limoeiro. Em visitas de campo realizadas nessas áreas, observou-se uma grande presença de becos e vielas, frequentemente relatados pelos moradores como pontos de tráfico de drogas (bocas de fumo). Além disso, a iluminação pública era considerada precária, resultando em territórios escuros e, conseqüentemente, mais favoráveis à criminalidade.

Durante o trabalho de campo, também foi possível compreender a construção espacial da periferia do Jurunas. Por meio de pichações, relatos e manifestações comportamentais dos moradores, evidenciou-se a intensidade da territorialização do crime, gerando um clima constante de insegurança. Assim, como consequência da negligência estatal, o tráfico de drogas, a atuação das milícias e os conflitos entre esses agentes antagônicos consolidaram-se como fatores agravantes da violência urbana. Essas dinâmicas resultaram em números alarmantes. De acordo com dados da SIAC/SEGUP, o bairro do Jurunas registrou 455 homicídios no período de 2010 a 2022. O ápice das ocorrências ocorreu entre 2016 e 2018, com 156 homicídios registrados, como destacado na área pontilhada em vermelho no Gráfico 1.

A maior quantidade de ocorrências foi registrada entre os anos de 2010 e 2018. Apesar de uma queda sensível nos números a partir de 2019 (representada pela área pontilhada em verde no gráfico), o declínio gerou apenas um leve deslocamento da métrica para baixo. Ainda assim, ao observar a média móvel (linha pontilhada em azul), nota-se uma redução mais consistente, com os números de homicídios ficando abaixo da média histórica a partir de 2019.

Gráfico 1 - Quantitativo de homicídios no bairro do Jurunas, entre os anos de 2010 a 2022.



Fonte: Dados da SIAC/SEGUP (2023). Elaborado pelo autor.

Essa mudança, conforme apurado durante as visitas de campo, decorreu de um processo de retomada dos espaços no bairro do Jurunas por parte do Estado, implementado por meio de políticas públicas voltadas não apenas à segurança, mas também à promoção da cidadania. Essas intervenções contribuíram para a diminuição dos casos de homicídios no bairro, conforme será detalhado a seguir.

O PROGRAMA *TERPAZ* E AS MUDANÇAS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Conforme observado no Gráfico 1, antes de 2019, o bairro do Jurunas apresentava elevados índices de homicídios, com o maior número de vítimas registrado em 2017, quando ocorreram 57 casos. Diante desse cenário, propostas governamentais voltadas à redução da criminalidade em territórios marcados pela violência tornaram-se imprescindíveis para conter os índices alarmantes, especialmente os relacionados a crimes de homicídio.

O bairro do Jurunas destacou-se como uma das áreas da capital paraense que mais necessitavam de atenção governamental para reduzir a violência urbana intensificada. Isso era particularmente crítico na desassistida porção correspondente às baixadas, que concentravam a maioria das ocorrências. Em resposta, a partir de 2019, o governo estadual do Pará implementou o programa Territórios Pela Paz (TerPaz), com o objetivo de pacificar os bairros de Belém que apresentavam os maiores índices de violência. O programa visava reduzir a criminalidade violenta, retomar territórios e promover a inclusão social por meio de políticas sociais e educacionais integradas.

O plano de atuação do TerPaz identificou que uma das principais causas da violência estava relacionada à vulnerabilidade social estrutural, representada, sobretudo, pela baixa escolaridade e pelas condições socioeconômicas precárias. Nesse contexto, foi estabelecida uma articulação entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP) e a Secretaria Estratégica de Estado de Articulação e Cidadania do Pará (SEAC). Essa parceria buscou implementar políticas públicas específicas em áreas de alta vulnerabilidade social e elevados índices de criminalidade, com o intuito de controlar a violência por meio da construção de oportunidades (Pará, 2022).

A atuação sinérgica entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP e a Secretaria Estratégica de Estado de Articulação e Cidadania – SEAC, a partir da coordenação governamental, foi direcionada para áreas definidas mediante critérios técnicos, previamente definidos, em razão do nível de complexidade econômico, vulnerabilidade social e violência, para áreas que ensejaram a instalação de 7 (sete) Territórios pela Paz, na Região Metropolitana de Belém, os quais receberam atuação operacional diferenciada das forças de segurança e ações de prevenção social.

Os bairros do Guamá, Terra Firme, Jurunas, Benguí, Cabanagem (Belém), Icuí (Ananindeua) e Nova União (Marituba), fazem parte da primeira fase da política a ser implementada em outras áreas do Estado. Esses territórios apresentavam média de crimes violentos acima dos demais bairros da Região Metropolitana de Belém (média de 30 crimes de mortes por mês), além de alta vulnerabilidade social. (SEGUP, 2020, p. 9).

O programa Territórios Pela Paz (TerPaz) teve como objetivo promover a inclusão social e gerar oportunidades culturais, educacionais, econômicas e de cidadania em espaços

marcados por violência e criminalidade. Para isso, foram desenvolvidos programas e projetos abrangentes, como capacitação técnica e oferta de cursos profissionalizantes e tecnológicos gratuitos em parceria com universidades; subsídios para aquisição e/ou reforma habitacional; ações de urbanização e saneamento básico; atendimentos em saúde básica e assistência odontológica; emissão de documentos; e regularização fundiária, entre outros.

Entretanto, para implementar os serviços de cidadania e inclusão social, foi necessário, inicialmente, ocupar o bairro em um processo conduzido em duas etapas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

A primeira etapa, denominada Choque Operacional, consistiu em ações policiais e administrativas precedidas por atividades de inteligência. Essas ações visaram identificar pessoas envolvidas com grupos criminosos organizados ou com a prática de crimes violentos. Após essa compreensão territorial, buscou-se garantir a presença ostensiva das forças policiais nos bairros, manter um policiamento regular e implementar o policiamento de proximidade, com foco na construção de relações entre polícia e comunidade.

A segunda etapa, intitulada Atuação Integral, teve como objetivo central a inclusão social das comunidades por meio de ações assistenciais e programas de cidadania. Conforme apurado em campo, essa combinação de ações resultou em uma significativa queda na criminalidade em 2019. A manutenção das iniciativas assistenciais contribuiu para consolidar os baixos índices de homicídios desde então. Em outubro de 2022, marcando o ápice da segunda fase, foi inaugurado o complexo Usina da Paz (UsiPaz) no bairro do Jurunas.

De acordo com o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Pará, 2022), a UsiPaz é um equipamento estratégico para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais urbanas, com o objetivo de promover o desenvolvimento territorial, integrando e abrigando políticas setoriais de inclusão. É um projeto integrado ao programa estadual Territórios Pela Paz, elaborado pelo Governo do Pará e coordenado pela Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC), em parceria com a iniciativa privada.

Figura 1 - Complexo da Usina da Paz do bairro do Jurunas.



Fonte: Pará (2022).

Neste complexo são disponibilizados à população local mais de 80 serviços gratuitos, incluindo espaços para atividades esportivas, atendimento médico e odontológico, consultoria jurídica, emissão de documentos, capacitação técnica e profissionalizante, espaço multiuso para feiras, eventos e encontros comunitários, além de atividades como dança, teatro, robótica, artes marciais, musicalização e acesso a uma biblioteca, entre outros.

Assim, enquanto o Choque Operacional impactou diretamente a atuação de grupos criminosos e desmobilizou recursos do tráfico de drogas, a Atuação Integral promoveu a inclusão social, afastando diversos cidadãos, especialmente jovens, das economias ilegais. Como resultado, houve uma redução significativa das zonas de tensão territorial nas áreas de baixada, culminando na diminuição dos índices de homicídios observada no Gráfico 1 a partir de 2019.

Outro fator relevante para a redução dos homicídios no bairro, ainda relacionado ao Choque Operacional e à atuação da SEGUP, foi a realização de operações voltadas ao combate a milícias e grupos de extermínio. Essas ações incluíram investigações, cumprimento de mandados de prisão e busca e apreensão — muitos deles direcionados a policiais militares envolvidos —, resultando na neutralização de variáveis que influenciavam a ocorrência de homicídios no bairro.

Ademais, outras ações de segurança contribuíram para a redução dos homicídios, abrangendo áreas além do bairro do Jurunas. Essas iniciativas foram coordenadas por forças conjuntas, como a Polícia Militar do Pará (PMPA), a Polícia Civil do Pará (PCPA) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP). Um exemplo marcante foi a operação Polícia Mais Forte, lançada em janeiro de 2019, cujo objetivo era intensificar o

policiamento em Belém. Por meio da presença de viaturas em áreas críticas, a operação buscou ocupar os espaços vulneráveis e realizar ações preventivas e repressivas (Pará, 2022).

Simultaneamente, uma forte intervenção penitenciária foi realizada em presídios de todo o estado (Pará, 2022), desarticulando redes criminosas controladas a partir do cárcere (Reis Netto, 2022) e a influência de organizações nas ruas. É evidente que o exercício de uma territorialidade marcada pela presença efetiva do Estado no bairro do Jurunas, especialmente por meio de políticas assistenciais e da atuação das forças de segurança, resultou em uma redução dos índices de homicídios, colocando-os abaixo da média consolidada até 2019.

A análise geográfica dos dados apresentados evidencia que a alta incidência de homicídios nas regiões de baixada, seguida pela redução observada após o processo de retomada promovido pelo Estado, demonstra que a vulnerabilidade socioeconômica e a territorialização de grupos criminosos (especialmente traficantes e milicianos) foram variáveis determinantes para a criação de zonas de tensão que alimentaram os índices de homicídios.

No entanto, embora os avanços sejam notórios, ainda são registradas ocorrências no bairro, indicando que fatores adicionais continuam a influenciar o fenômeno dos homicídios ou que ainda não se consolidou um ambiente plenamente favorável ao exercício da cidadania e desfavorável à territorialidade de grupos criminosos. Diante disso, é essencial a continuidade do monitoramento das áreas onde as ocorrências persistem, bem como a manutenção das ações assistenciais voltadas às áreas mais vulneráveis, expandindo-se o escopo para abordar aspectos possivelmente negligenciados nas estratégias atuais. Em suma, a melhoria das condições sociais do bairro demonstrou ser uma variável crucial no complexo espaço geográfico do Jurunas, que anteriormente facilitava a territorialidade de agentes criminosos, conforme proposto pela literatura. Além disso, fica evidente que ações anteriores não alcançaram a mesma eficácia das iniciativas implementadas a partir de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as possíveis relações entre a desigualdade socioespacial e as dinâmicas de violência urbana no bairro do Jurunas, com base nas ocorrências de homicídios registradas entre os anos de 2017 e 2021. Conforme analisado, verificou-se que, nos termos apontados por diversas fontes literárias, o bairro do

Jurunas apresenta uma forte relação entre vulnerabilidade social e a presença de agentes territoriais do crime. Essas relações geram zonas de tensão que frequentemente resultam em homicídios.

Paralelamente, observou-se que a atuação insuficiente do Estado foi uma das principais variáveis influentes na gênese do contexto de violência observado entre 2010 e 2018. Essa ausência estatal permitiu uma territorialização perversa em áreas do bairro caracterizadas pela falta de planejamento urbano, saneamento básico insuficiente ou inexistente e infraestruturas inadequadas para habitação, consolidando um cenário favorável à ação de agentes criminosos.

Essa constatação é reforçada pelo fato de que a violência homicida se concentrou, com maior intensidade, nas áreas mais vulneráveis do bairro, enquanto foi rarefeita nos espaços mais favorecidos. Tal padrão demonstra que a dinâmica da violência urbana está intrinsecamente relacionada à desigualdade socioespacial.

Por outro lado, com o processo de retomada do território iniciado em 2019, verificou-se uma redução significativa nos números de homicídios, o que reforça a premissa de que a ausência do Estado favoreceu a territorialização do crime nos anos anteriores. Apesar dessa queda, o fenômeno dos homicídios ainda persiste no bairro, o que exige acompanhamento contínuo das ocorrências e uma análise socioespacial mais aprofundada para identificar variáveis adicionais que possam influenciar esse contexto, ou para determinar se o processo de redução ainda está em curso.

Em todo caso, os resultados demonstraram que o investimento em políticas públicas sociais, articuladas a estratégias de segurança pública, constitui um caminho viável para a redução da criminalidade em espaços urbanos marcados pela territorialização do crime e pela violência. Como evidenciado, a presença do Estado foi capaz de evitar a continuidade de um contexto de elevada letalidade a partir de 2019 no bairro estudado. Esse dado, por si só, justifica a adoção de intervenções que consolidem condições sociais mais favoráveis, promovendo melhores oportunidades de vida e reduzindo a probabilidade de ingresso na economia do crime e suas consequências.

Por fim, recomenda-se a continuidade de estudos que aprofundem as correlações entre indicadores sociais e os locais de maior incidência de homicídios, incluindo a utilização de modelos cartográficos que possam auxiliar os gestores públicos na elaboração de estratégias iniciais de intervenção, tanto em Belém quanto em outras cidades.

Ademais, registram-se os devidos agradecimentos pelas contribuições intelectuais ao desenvolvimento deste artigo aos seguintes grupos de pesquisa: a) Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (LAB-GEOVCRIM/UEPA); b) Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia (NEPEVA/UEPA); c) Érgane – Pesquisadores da Amazônia; d) Grupo de Pesquisas Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (GPJ/TJPA).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luiz Victor Almeida de; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; MIRANDA, Brenno Moraes. Caracterização da vitimização dos homicídios por uso de armas de fogo no Município Belém, Pará, Brasil. In: RAMOS, Edson Marcos Leal; ALMEIDA, Silvia dos Santos de; RAMOS, Maély Ferreira Holanda (Org.) **Segurança Pública: desenvolvimento em ensino, pesquisa e extensão**. 2. ed. Belém, PA: Gráfica e Editora Santa Cruz, 2021.
- ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BEATO, Claudio. **Crime e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BORGES, Rafael Henrique Maia et al. Território, violência e criminalidade: uma análise geográfica sobre os índices de homicídios no bairro do PAAR em Ananindeua-PA. **A sociedade e o espaço geográfico brasileiro**, p. 30, 2016.
- BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. 1940.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes et al. Território e violência urbana: os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá. **Caminhos da Geografia, Uberlândia**, v. 20, n. 69, p. 385-402, 2019.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: CHAGAS, C. A. N.; DA SILVA, M. P.; DE MELO VIEIRA, D. C. (Org.). **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.
- CORRÊA, Rosália do Socorro da Silva; LOBO, Marco Aurélio Arbage. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. e20180126, 2019.
- COUTO, Aiala Colares. A periferia de Belém sob vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana. **Geografares**, n. 27, 2018.
- FEITOSA, Elizabeth Cristina da Silva. **Reflexo da In(Segurança) na Vida dos Moradores da Periferia**. 2017. Tese de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém/PA.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite:** território e multi transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **L'urbanisation du capital.** Actuel Marx, v. 1, n. 35, p. 41-70, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados subnormais:** primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MACCARIO, Barbara; MELO, Milena Barbosa de. **Análise Criminal.** Curitiba: InterSaberes, 2022.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no estado do Pará:** relatório final. Belém: Alepa, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** v. 29. São Paulo: Ática, 1993.

REIS NETTO, Roberto Magno. **O crime sob o olhar da geografia:** notas iniciais sobre uma geografia da violência e do crime. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais—a luta pelo direito à cidade. **Revista cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. **Plano de Atuação Integrada 2.0.** Belém: 2020.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2022 – 2031** / Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Conselho Estadual de Segurança Pública. Belém, PA: SEGUP, 2022.

SANTANA, Lorena de Lima Sanches. Território, territorialização e violência nos bairros de Guamá e Terra Firme em Belém-Pa. **Boletim Amazônico de Geografia, Belém**, v. 3, n. 05, p. 198-219, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.

VIEIRA, Denise Carla Melo; DA SILVA SANTOS, Clicia; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. TERRITÓRIO E PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE CARTOGRÁFICA DA TERRITORIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 1, n. 02, 2015.